

Sábado, 18 de Abril de 2026

"Careca do INSS" depõe agora à CPMI; assista ao vivo

Empresário não compareceu na última comissão, após decisão do ministro André Mendonça que desobrigou sua presença

[Laura Molfese](#), da CNN*, São Paulo 25/09/25 às 09:41 | Atualizado 25/09/25 às 11:24

A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ouviu nesta quinta-feira (25) o depoimento do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o “careca do INSS”.

No início da comissão, o deputado federal **Zé Trovão (PL-SC)** e o advogado **Cleber Lopes**, defesa de Antônio Carlos, discutiram e levaram à suspensão temporária da sessão.

Acusado de operar um esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas cadastrados no INSS, [o empresário foi detido pela PF \(Polícia Federal\) e está preso desde o dia 12 deste mês.](#)

A previsão era de que o empresário comparecesse à reunião do dia 15, mas segundo o presidente da comissão, senador **Carlos Viana (Podemos-MG)**, [a defesa comunicou o cancelamento na mesma manhã.](#) Após a decisão do ministro relator do caso, **André Mendonça**, do STF (Supremo Tribunal Federal), o “careca do INSS” [não teria obrigação de comparecer à comissão.](#)

No entanto, uma reunião que analisava a [convocação de familiares](#) do empresário foi aprovada. [Um dos requerimentos mira Tânia Carvalho dos Santos, esposa do “careca do INSS”,](#) que teria feito movimentações financeiras suspeitas, e Romeu Carvalho Antunes, filho do empresário.

Além de Antônio Carlos, [o empresário Maurício Camisotti também foi preso durante a operação da PF.](#) Ele é investigado como um dos beneficiários finais das fraudes envolvendo associações ligadas a beneficiários. O empresário tem negado as acusações.

Entre os pedidos pautados, está a solicitação de prisão preventiva do advogado [Nelson Wilians Fratoni Rodrigues](#), que prestou depoimento na CPMI na semana passada.

Também está na pauta a quebra de sigilo bancário e fiscal do advogado. Ele foi alvo de buscas e apreensões em 12 de setembro, em São Paulo. A PF pediu a prisão do advogado, mas a solicitação não foi autorizada pelo STF.